

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- Críticas à Lei nº 13.344/16 – Tráfico de pessoas*
Mônica Sifuentes 15
- A competência em razão da pessoa no Juizado Especial Federal Cível e suas problemáticas*
Érika Regina Spadotto Donato 31
- Sara Baartman e a objetificação da mulher negra*
Adriana Gomes de Proença..... 47
- Mulheres transgêneros e transexuais: efetividade do direito à liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana ante a ausência de legislação e políticas públicas de combate ao preconceito e à discriminação no país*
Fabiolla Labelle Ornelas Canedo Bandeira..... 59
- A personalidade jurídica e o instituto da morte civil no Direito Romano*
Cleverson Martins Nolacio de Oliveira 79

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Usucapião especial urbano. Ausência de “animus domini”. Imóvel adquirido com recursos do SFH. Início do prazo da prescrição aquisitiva após a adjudicação do imóvel por parte da EMGEA. Ausência dos requisitos. Manutenção da improcedência.*
ApCiv 0014422-46.2009.4.03.6110
Desembargador Federal Souza Ribeiro 95
- CPF. Fraudes. Nova inscrição. Utilização por terceiros. Cancelamento. Determinação judicial. Possibilidade.*
ApCiv 0002767-94.2011.4.03.6114
Desembargador Federal André Nabarrete 104
- Ação anulatória de auto de infração e multa impostos pelo PROCON/SP. Propaganda enganosa veiculada pela CEF, por meio de televisão, jornais, spots de rádio, banners e internet. Infração consumerista comprovada à exaustão. Plena validade da Portaria/PROCON nº 26/2006. Valor da multa deve ser mantido. Razoabilidade e proporcionalidade visíveis. Dano ao consumidor de larga abrangência social e territorial.*
ApelRemNec 0013098-75.2014.4.03.6100
Desembargador Federal Johonsom Di Salvo 110

Ação de servidão administrativa. Valor da indenização. Existência de três avaliações distintas, tendo o magistrado utilizado um quarto critério na sentença. Necessidade de uma nova perícia. Legitimidade da ANEEL. Sentença anulada.

ApCiv 0004355-24.2015.4.03.6106

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 116

Conselho profissional. CREA/SP. Resolução nº 218/1973. Direito ao exercício de profissão. Princípio da legalidade. Impossibilidade de restrições impostas por ato infralegal.

ApCiv 5011924-38.2017.4.03.6100

Desembargador Federal Antonio Cedenho 125

Multa administrativa. INMETRO. Embargos à Execução Fiscal. Lei nº 9.933/1999. Variação de peso. Sentença. Nulidade. Inocorrência. Perícia. Desnecessidade. Cerceamento de defesa. Processo administrativo e auto de infração. Ausência de irregularidades formais. Multa. Gradação.

ApCiv 5000062-52.2018.4.03.6127

Desembargadora Federal Marli Ferreira.....130

Justiça Militar. Deserção. Prisão por tempo superior ao fixado na sentença. Responsabilidade civil do Estado. Indenização por danos morais. Majoração. Cabimento.

ApCiv 5002776-75.2018.4.03.6000

Desembargador Federal Nelton dos Santos140

Regulamentação das relações entre médicos e operadoras de planos de saúde. Resolução nº 1.616/2001 do Conselho Federal de Medicina. Competência da Agência Nacional de Saúde - ANS.

ApCiv 5005558-46.2018.4.03.6100

Desembargador Federal Mairan Maia.....143

DIREITO CIVIL

Direito privado. FIES. Fiador. Inscrição do devedor solidário em cadastros de proteção ao crédito. Danos morais. Indenização. Descabimento.

ApCiv 0010516-79.2013.4.03.6119

Desembargador Federal Peixoto Junior 157

DIREITO PENAL

Embriaguez ao volante. Corrupção ativa. Autoria e materialidade comprovadas. Dosimetrias das penas.

ApCrim 0010229-95.2007.4.03.6000

Desembargador Federal Nino Toldo161

Subtração, mediante uso de explosivos e com disparo de arma de fogo, de valores que se encontravam no interior do terminal de autoatendimento da CEF, situado Terminal Rodoviário Municipal. Artigo 157, § 2º, I e II (roubo qualificado); artigo 288 (quadrilha armada), artigo 311 (adulteração de sinal identificador de veículo), e artigo 180 (recepção), todos do Código Penal, artigo 16, parágrafo único, III e IV, e artigo 12, ambos da Lei nº 10.826/2003, considerados como crime unitário. Competência da Justiça Federal.

ApCrim 0000366-37.2016.4.03.6118

Desembargador Federal Maurício Kato166

Crime de evasão de divisas em sua forma tentada. Não comprovação do elemento anímico exigido pelo tipo penal: vontade do embargante de cruzar a fronteira seca Brasil-Bolívia com o escopo de promover a saída das divisas que portava. Embargos infringentes. Acolhimento do v. voto vencido que absolvía o embargante.

EIfNu 0007486-97.2016.4.03.6000

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 205

Estelionato qualificado. Depósito e saque de cheque clonado. Artigo 171, § 3º, do CP. Falta de comprovação da autoria. Aplicação do princípio do “in dubio pro reo”. Absolvição.

ApCrim 0004332-76.2017.4.03.6181

Juíza Federal Convocada Louise Filgueiras213

Roubo. Correios. Autoria e materialidade demonstradas. Maus antecedentes. Simulação de porte de arma de fogo. Restrição à liberdade das vítimas. Tempo juridicamente irrelevante. Transporte de valores. Carteiro. Inaplicabilidade.

ApCrim 0014092-49.2017.4.03.6181

Desembargador Federal André Nekatschalow218

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Revisão. Decadência. Inocorrência. Pedido de revisão administrativa. “causa madura”. Artigo 1.013, § 4º, CPC/2015. Opção pelo melhor benefício. Retroação da DIB. Revisão procedente. Aplicação do IRSM/1994. Período não incluído no PBC. Revisão improcedente.

ApCiv 0002601-06.2013.4.03.6110

Desembargadora Federal Lucia Ursai 229

Aposentadoria por idade híbrida. Labor rural. Início razoável de prova material em nome de familiar próximo. Regime de economia familiar não caracterizado. Conjunto probatório insuficiente para demonstrar o labor rural pelo período pleiteado. Carência não preenchida. Dever de pagamento suspenso.

ApCiv 0017785-04.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Carlos Delgado 240

Aposentadoria por tempo de contribuição. Concessão indevida. Irrepetibilidade dos valores. Recebimento de boa-fé. Preenchimento dos requisitos no curso da ação.

ApCiv 0011733-55.2016.4.03.6119

Desembargador Federal Baptista Pereira.....247

Ação Rescisória. Benefício por incapacidade. Regime estatutário. RGPS. Recolhimentos intempestivos. Violação manifesta de norma jurídica. Exegese razoável. Descaracterização. Improcedência.

AR 0014973-76.2016.4.03.0000

Juíza Federal Convocada Vanessa Mello..... 261

Ação Rescisória. Pensão por morte. Ex-marido inválido. Qualidade de dependente. Óbito da esposa anterior à promulgação da Constituição federal de 1988. Não aplicação da isonomia estabelecida no artigo 201, V da CF. Compatibilidade da exigência de demonstração da situação de invalidez prevista na LOPS em vigor na data do óbito com Súmula nº 340/STJ. Ação Rescisória improcedente.

AR 5001561-90.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Paulo Domingues 269

Remessa Oficial tida por interposta. Tutela de urgência em face da Fazenda Pública. Cabimento. Conexão. Impossibilidade. Ação declaratória de inexigibilidade de débito. Revisão de benefício. Legalidade da conduta da autarquia. Benefício recebido a maior. Descontos nos proventos. Limitação a 10%. Sucumbência recíproca.

ApCiv 0000597-88.2017.4.03.6131

Desembargador Federal Sérgio do Nascimento..... 280

Auxílio-suplementar e aposentadoria por invalidez. Cumulação. Possibilidade. Competência. Decadência. Preliminar rejeitada.

ApCiv 5002583-43.2017.4.03.6114

Desembargador Federal Nelson Porfírio.....285

Aposentadoria por tempo de contribuição. Atividade urbana com registro em CTPS. Veracidade “juris tantum”. Ausência de recolhimento de contribuições. Benefício mantido.

ApCiv 5006074-09.2018.4.03.6119

Desembargador Federal Toru Yamamoto 289

Ação Rescisória. Aposentadoria por invalidez. Incapacidade total comprovada por perícia judicial. Doença preexistente. Incapacidade superveniente decorrente do seu agravamento progressivo. Perda da qualidade de segurado não configurada. Atividade remunerada antes da concessão do benefício.

AR 5029530-12.2018.4.03.0000

Desembargadora Federal Diva Malerbi.....293

Pensão por morte. Avó. Dependente não incluído no rol do artigo 16 da Lei nº 8.213/1991. Comprovado o requerimento administrativo.

ApCiv 5033273-06.2018.4.03.9999

Desembargadora Federal Marisa Santos..... 306

Auxílio-doença. Decisão que transitou em julgado determinou a reabilitação profissional da parte autora. Impossibilidade de cessação do benefício sem que a demandante seja submetida àquela.

AI 5014773-76.2019.4.03.0000

Desembargador Federal David Dantas..... 309

Auxílio-reclusão. Mãe do segurado preso. Ausência de dependência econômica. Prova precária. Benefício indevido.

ApCiv 5676252-94.2019.4.03.9999

Desembargadora Federal Daldice Santana312

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Prova pericial. Indeferimento. Pleito de concessão de aposentadoria especial. Cerceamento de defesa configurado.

ApCiv 0011765-90.2013.4.03.6143

Desembargador Federal Newton De Lucca 319

Prescrição dos créditos. Constituição definitiva. Despacho citatório. Lei Complementar nº 118/2005. Prazo de cinco anos. Prescrição intercorrente. REsp 1.340.553/RS.

ApCiv 0030796-71.2013.4.03.9999

Desembargador Federal Marcelo Saraiva.....322

Cumprimento de sentença. Execução individual fundada em título executivo originário de Ação Civil Pública (IRSM/1994). Legitimidade ativa dos herdeiros. Artigo 941 do CPC. Voto retificador. Poderes do relator.

ApCiv 5007637-74.2017.4.03.6183

Desembargador Federal Gilberto Jordan..... 328

Agravo em suspensão de liminar. Ação civil pública. Prejudicialidade. Não caracterização. Exportação. Decisão judicial. Proibição, em todo território nacional, do envio ao exterior de animais vivos para o abate. Comprovada ofensa à ordem e economia públicas. Termo final da suspensão.

Ag SLAT 5001511-93.2018.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 336

Mandado de Segurança Coletivo. Afastamento do PIS/COFINS sobre contribuições previdenciárias recolhidas por associados. Associação Nacional dos Contribuintes de Tributos – ANCT. Sede em Brasília/DF. Impetração em Barueri/SP. Ausência de filiados na data e no domicílio da impetração. Ilimitável generalização do pedido. Busca por título judicial com o fim de angariar associados. Inadmissibilidade. Falta de interesse de agir.

Ag ApCiv 5002528-65.2018.4.03.6144

Juiz Federal Convocado Alessandro Diaferia..... 416

Execução Fiscal. Penhora sobre créditos de aluguéis. Possibilidade. Nomeação de bem à penhora. Ordem legal. Ônus da executada. Ausência de onerosidade excessiva. Eficácia da medida.

AI 5028605-16.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Valdeci dos Santos 426

Conflito de Competência. Complementação de aposentadoria. RFFSA. Natureza previdenciária. Primeira e Terceira Seção. Conflito improcedente.

CC 5032187-24.2018.4.03.0000

Desembargador Federal Nery Júnior 431

Execução complementar. Juros de mora. Incidência no período entre a data da conta de liquidação e expedição do precatório. Tese fixada em sede de Repercussão Geral. Correção monetária. Liminar concedida pelo STF em Ação Cautelar.

ApCiv 0003412-26.2019.4.03.9999

Desembargador Federal Luiz Stefanini 438

Execução de título extrajudicial. Recuperação judicial. Liberação de valores bloqueados por BACENJUD. Suspensão de ações e execuções. Artigo 6º da Lei nº 11.101/2005. Ultimação do prazo improrrogável de 180 dias. Competência do juízo da recuperação para a prática de atos de constrição patrimonial.

AI 5010408-76.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Wilson Zauhy 442

Conflito negativo de competência. Ação Rescisória. Honorários advocatícios. Execução. Sobrestamento. Pedido de revogação da gratuidade de justiça após trânsito em julgado. Requerimento efetuado na etapa de cumprimento do julgado. Atribuições executivas do presidente da seção. Artigo 349, I, do Regimento Interno do TRF 3ª Região.

CC 5012056-91.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Carlos Muta 446

Execução de título extrajudicial. Indisponibilidade de unidades imobiliárias não comercializadas pela incorporadora. Risco de esvaziamento da garantia hipotecária prestada à credora.

AI 5014723-50.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Hélio Nogueira 449

Conflito de Competência. Ação previdenciária. Declinação de competência por razões territoriais. Súmula nº 33 do STJ. Reconhecida a competência da vara especializada da capital. Subsistência da Súmula nº 689 do STF não superada pelo CPC/2015. Interpretação do artigo 51, parágrafo único, do CPC/2015 em conformidade com a CF (artigo 109, §§ 2º e 3º).

CC 5022580-50.2019.4.03.0000

Desembargadora Federal Inês Virgínia 452

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Agravo de Execução Penal. Falta grave. Regime fechado. Modificação da data-base para a progressão. Reinício da contagem do prazo de 1/6.

AgExPe 0000063-39.2019.4.03.0000

Desembargador Federal José Lunardelli 467

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mandado de Segurança. Contribuições sociais. Operadora de plano de saúde. “Aluguel” da rede credenciada. Faturamento. Incidência.

ApCiv 0019380-44.2011.4.03.6130

Desembargador Federal Fábio Prieto.....475

Taxa de utilização do Siscomex. Majoração. Artigo 3º, § 2º, da Lei nº 9.716/98 e Portaria MF nº 257/2011. Inconstitucionalidade. Questão pacificada no STF. Legitimidade passiva do inspetor-chefe da alfândega.

ApCiv 5001980-52.2017.4.03.6119

Desembargadora Federal Cecília Marcondes.....478

Incidência IPI em operações de saída de mercadorias importados do estabelecimento. Entendimento conforme o REsp 1.403.532/SC. Ausência de bitripulação.

AI 5032166-48.2018.4.03.0000

Desembargadora Federal Mônica Nobre..... 502

SENTENÇAS

Ação de manutenção de posse. Terras indígenas. Área do Jaguari.

0000035-46.1992.4.03.6005

Juíza Federal Caroline Scofield Amaral 509

Embargos à Execução. Cobrança de contribuição previdenciária. Grupo econômico. Desconsideração da personalidade jurídica. Fraude tributária.

0031443-66.2016.4.03.6182

Juiz Federal Renato Lopes Becho.....536

Ação Civil Pública. OAB. Assessoria e orientação jurídica. Atividade privativa da advocacia. Captação de clientela por meio de publicidade.

5025868-10.2017.4.03.6100

Juíza Federal Sílvia Figueiredo Marques559

Aposentadoria por invalidez. Restabelecimento de benefício. Concessão judicial. Cassação administrativa.

0003126-25.2018.4.03.6332

Juiz Federal Paulo Marcos Rodrigues de Almeida562

Impugnação à conta de liquidação. Excesso de cálculo. RFFSA. Reajuste de proventos de inatividade. Complementação de aposentadoria paga administrativamente.

5000866-08.2018.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 568

Mandado de Segurança. CEF. Levantamento de FGTS. Custeio de adaptações em residência necessárias em decorrência de agravamento de doença grave.

5002923-95.2019.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert.....577

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região583

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região587